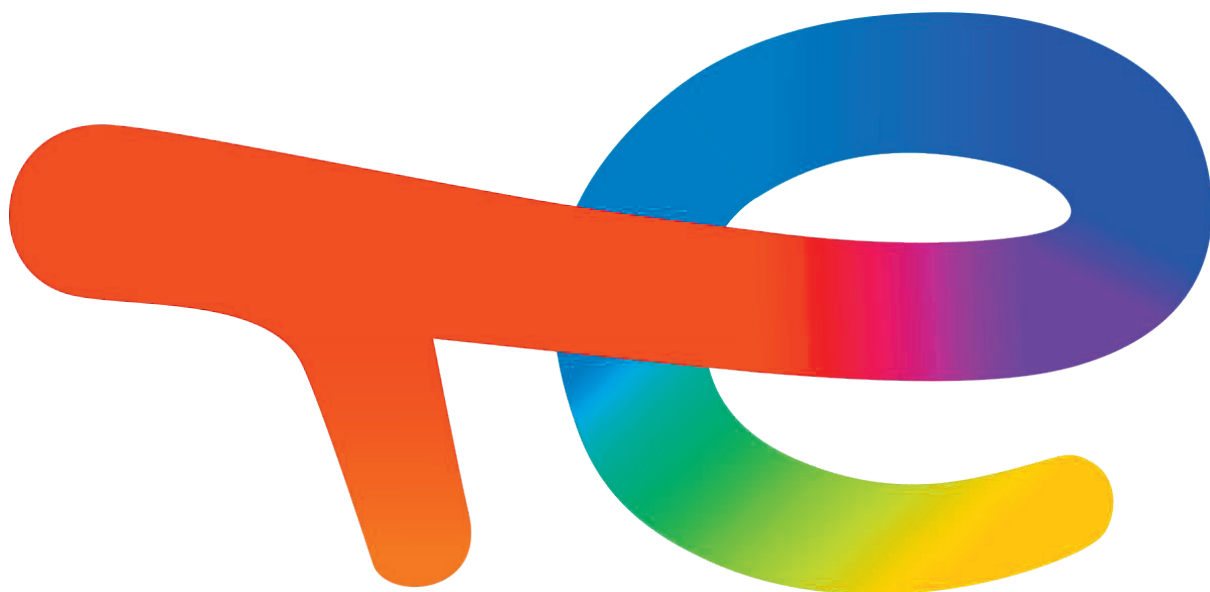




Afinal, em que se irá basear o relatório do perito independente contratado pela TotalEnergies?

- Desde princípios de Fevereiro de 2023, Moçambique está expectante da elaboração e consequente publicação do relatório independente sobre a situação humanitária e de direitos humanos em Cabo Delgado, encomendada pela multinacional francesa TotalEnergies ao perito Jean-Christophe Rufin, médico, escritor e diplomata francês e especialista em acção humanitária. Esta expectativa encerra também questões que têm que ver com as bases ou dados que devem enformar o relatório e, principalmente, se o seu desenho incorpora o sentimento das comunidades locais.





TotalEnergies

A TotalEnergies lidera o projecto Mozambique LNG, o maior projecto de Gás Natural Liquefeito (LNG da sigla em inglês) em Moçambique, com um investimento de mais de 20 mil milhões de dólares, no distrito de Palma, província de Cabo Delgado. Este investimento sofreu seu maior abalo em Março de 2021, quando extremistas violentos que têm perpetrado ataques em Cabo Delgado, desde Outubro de 2017, ocuparam a vila sede de Palma, obrigando a empresa a declarar força maior e anunciar que o seu regresso estaria dependente da melhoria significativa das condições de segurança na região onde o projecto tem lugar.

Na sequência, o Governo de Moçambique respondeu com “musculatura” ao problema da deterioração das condições de segurança em Palma, abrindo portas para a entrada das tropas ruandesas e da Missão da SADC em Moçambique (SAMIM). Foram os ruandeses que em menos de dois meses de operações militares recuperaram a vila municipal Mocímboa da Praia, que tinha sido tomada pelos extremistas violentos havia um ano.

Pela sua localização estratégica, Mocímboa da

Praia é importante centro de abastecimento logístico para os investimentos em Palma, quer através do Porto local, quer através do aeródromo local, cuja pista tem capacidade para receber grandes aeronaves. Além de Mocímboa da Praia, as tropas ruandesas foram encarregues de garantir a segurança do distrito de Palma, onde tem a sua base a funcionar em Afungi, em clara demonstração de que a missão tem como objectivo central a retoma e protecção dos projectos de LNG. São ainda as tropas ruandesas que fazem a mobilização e transporte da população deslocada por causa dos ataques para às suas zonas de origem, respondendo assim a uma das recomendações da TotalEnergies.

Embora a situação de segurança tenha melhorado significativamente, a gigante francesa não mostrava sinais de retoma do projecto Mozambique LNG, situação que deixava as autoridades moçambicanas impacientes ao ponto de fazerem apelos públicos ao Presidente ruandês, Paul Kagame, sobre o regresso da multinacional a Afungi. Neste contexto, Patrick Pouyanné, CEO da TotalEnergies, visitou Moçambique, concretamente a província de Cabo Delgado, na primeira semana

de Fevereiro último, para aferir as condições de segurança. Patrick Pouyanné condicionou o retorno definitivo a uma avaliação independente da situação humanitária na região, deixando ao crivo do *expert* em acção humanitária também de nacionalidade francesa, Jean-Christophe Rufin.

Nas mãos de Rufin, estão não apenas os interesses capitalistas da multinacional francesa, mas está também a oportunidade que as comunidades locais têm de participar no processo e expressar o seu sentimento em relação ao conflito e sobre como a presença das empresas afecta concorre ou não para a realização do seu direito ao desenvolvimento.

O relatório independente incluirá, para além da avaliação da situação humanitária e de direitos humanos, as acções implementadas pelo projecto Mozambique LNG e apresentará, em caso de necessidade, medidas complementares a serem implementadas.

Desde o início, não ficou clara a metodologia que seria e está sendo usada pelo perito independente, sobretudo quando se olha para o envolvimento de actores-chave do processo de implantação e funcionamento da TotalEnergies, mormente as comunidades locais.

Neste quesito, torna-se importante ouvir o que a população tem a dizer sobre o extremismo violento, violação de direitos humanos e os desafios da componente humanitária e apresentação de caminhos que possam envolver a empresa e a população para uma retoma das operações que crie harmonia e contribua para melhorar a vida das comunidades locais e do país de forma geral.

A verdade é que as comunidades e organizações da sociedade civil que trabalham na advocacia no sector extractivo não participaram até agora de um processo de auscultação sobre o relatório, indiciando assim uma falta de participação e sensibilidade para com os que realmente sentem os problemas que se pretendem ver abordados no documento.

O relatório que estava previsto para sua entrega para finais de Fevereiro deve ser partilhado com os parceiros que compõem o projecto Mozambique LNG, na Bacia do Rovuma, que posteriormente decidirão se as condições são propícias ou não para a retoma das actividades do projecto da Península de Afungi, incluindo o regresso normal da vida da população na região, retorno da prestação de serviços públicos e principalmente o restabelecimento efectivo de segurança.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Coordenador do Programa: Américo Maluana
Editor: Emídio Beúla
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique